



O Bacharel

Frederico Augusto Pamplona

(NOTAS BIOGRAPHICAS)

Nasceu na cidade do Aracaty do Ceará, sendo baptisado na idade de trez mezes, em 8 de Dezembro de 1814, pelo padre José da Costa Barros.

Era filho legitimo do Commendador João Tiburcio Pamplona, e de D. Francisca Joaquina Pamplona, neto paterno de Hippolyto Cassiano Pamplona, e de D. Brigida Leonarda da Silveira, da cidade de Angra do Heroismo, capital da Ilha Terceira, e materno de João Dias Martins, natural de Tôres Vedras em Portugal, e de D. Maria da Piedade, pernambucana, e legitimo bisneto paterno do fidalgo portuguez Antonio Bernardo Pamplona, cujo Brasão de Armas de Nobresa e Fidalguia, conferido por Sua Majestade Fidelissima, o rei Dom José I, em carta regia de 7 de Fevereiro de 1770, foi declarado assim: —Um escudo com as armas dos Pamplonas, que são em campo sanguinho seis fachas de ouro; Elmo de prata e aberto e guarnecido de ouro; Paquife do metal e côr das armas; Timbre um leão de ouro no antefachado das duas fachas e armado de sanguinho, e por differença uma brica de prata com um A de preto.

Antes de receber o grão de bacharel em direito, que lhe foi conferido pela Academia de Olinda em 1842, exerceu interinamente por nomeação da Camara

Municipal do Aracaty o cargo de juiz municipal do termo em 20 de Setembro de 1836, 14 de Dezembro de 1837 e 2 de Outubro de 1839, quando assumiu o exercício de juiz de direito da comarca em falta do effectivo e do respectivo juiz municipal. Por nomeação da mesma Camara de 20 de Abril de 1839, também exerceu as funções de inspector escolar, prestando nos referidos cargos relevantes serviços á justiça e á instrucção publica.

Como membro prestimoso do partido liberal, foi eleito primeiro juiz de paz do Aracaty, em 8 de Dezembro de 1838, na eleição procedida em virtude da Lei Prov. n.º 150 de 22 de Setembro do mesmo anno; e havendo prestado juramento e entrado em exercício em 11 daquelle mez, foi suspenso do dito cargo em 7 de Janeiro de 1839, em cumprimento do aviso do ministerio do imperio n.º 117 de 5 de Novembro anterior, por ordem do presidente da provincia Manuel Felizardo de Souza Mello, visto haver o Regente em nome do Imperador mandado suspender a execução da referida lei, que, vetada pelo dito presidente, não obstante, havia sido approvada pelos dois terços de membros da assemblea provincial, cujo presidente, o Major João Facundo de Castro Menezes, a mandou publicar, conforme o art. 19 do Acto Adicional.

Eleito deputado provincial do Ceará para o biennio de 1840 a 1841, correspondeu nobremente á confiança do partido liberal, e honrou o mandato que lhe foi confiado, porque, com galhardia e denodo, na noite memoravel de 30 de Julho de 1840, em sessão de verificação de poderes, suspensa em consequencia de grande tumulto ás duas horas da madrugada, combateu energicamente a annullação do collegio de Granja, que implicava a depuração de quatro deputados liberaes legalmente eleitos, insinuada pelo presidente da provincia o bacharel Francisco de Souza Martins, que das galerias, embuçado em seu capóte, assistia e applaudia o escandalo da maioria conservadora da assemblea; e no fim do seu discurso, appellando para a —maioridade— do Imperador,

rompeu em vivas ao augusto soberano, os quaes, conforme communição do dito presidente ao ministro da justiça, em 14 de Agosto de 1840, foram enthusiasmicamente correspondidos por todos os deputados e pelas galerias: Rev. do Instituto do Ceará, Tomo XV, pag. 18.

Chamado o partido liberal a dirigir os destinos do paiz em 24 de Julho de 1840, após a proclamação auspiciosa da maioridade do grande imperador Dom Pedro II, o vice-presidente Major João Facundo de Castro Menezes, preclaro chefe liberal, que inaugurou a situação na provincia em 11 de Setembro do dito anno, o nomeou secretario da presidencia do Ceará, em cujo desempenho prestou valiosissimos serviços ao seu partido e á administração do presidente effectivo, o senador José Martiniano de Alencar, que lhe dispensou particular estima e alta e merecida prova de consideração.

Voltando ao poder o partido conservador em 23 de Março de 1841, e sendo demittido em 10 de Maio seguinte da secretaria do governo pelo presidente da provincia o brigadeiro José Joaquim Coêlho, e substituido pelo bacharel Anselmo Francisco Piretti—retirou-se para Pernambuco, afim de concluir o seu curso academico; e regressando posteriormente á terra natal, onde se consagrou á advocacia e a politica, foi nomeado em 30 de Julho de 1844 promotor publico da comarca do Aracaty pelo presidente da provincia o brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, que continuou a administrar o Ceará depois do governo do ministerio mixto 2 de Fevereiro de 1844, que iniciou no paiz politica de tolerancia e concórdia, concedendo logo por Decreto de 14 de Março a amnistia plena dos crimes politicos de S. Paulo e Minas, praticados em 1842, ideia repellida como inopportuna pelo conspicuo chefe conservador o Marquez de Mont'Alegre, ex-regente do Imperio, que por isso se escusou de organizar gabinete; mas pouco tempo exerceu essa promotoria, porque foi logo substituido por seu primo o dr. Hippolyto Cassiano Pamplona, nomeado, em

10 de Março de 1845, pelo presidente da provincia o coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos.

Dissolvida a Camara dos deputados pelo Decreto de 24 de Maio de 1844, e convocada outra para 1.º de Janeiro de 1845, o seu nome foi incluído na chapa dos deputados geraes cearenses da liga chimanga-equilibrada, composta de liberaes e conservadores dissidentes; mas não obteve diploma, porque a Camara Municipal da capital da provincia, adversaria da liga, mandou expedir o aos candidatos conservadores, entre os quaes se achava o presidente Silva Bittencourt, cujo nome tambem figurou como candidato na chapa da referida liga, tanto que obteve 25 votos no collegio ligueiro do Aracaty, em que se reuniram 34 eleitores!

Annuladas, porém, todas as eleições e duplicatas do Ceará, e procedida outra marcada para 3 de Agosto de 1845, na qual foi eleito e reconhecido deputado geral cearense, para a legislatura de 1845 a 1847, se appressou a officiar á Camara municipal do Aracaty, inquirindo quaes as necessidades do municipio, afim de se empenhar em removel-as, como consta da acta da sessão da mesma Camara de 11 de Março de 1846; e tão cabal e patriotico desempenho deu ao seu compromisso, que dita corporação em officio, que lhe dirigiu em 16 de Janeiro de 1847, lhe manifestou agradecimentos pelo interesse que tomou na consecução dos negocios de que ella o havia encarregado.

Regressando á provincia pelas ferias parlamentares de 1846, juntamente com seus collegas Tristão de Alencar Araripe e Thomaz Pompeu de Souza Brazil, posteriormente senador do Imperio, fundou e redigiu o jornal «Cearense», orgam das ideias do partido liberal do Ceará, cujo primeira edição teve a data de 4 de Outubro de 1846.

Nomeado 2.º vice-presidente do Ceará por Carta Imperial de 14 de Julho de 1847, referendada pelo Mi-

nistro interino do imperio do gabinete 22 de Maio, e conselheiro Manuel Alves Branco, posteriormente Visconde de Caravellas, administrou a provincia de 31 de Agosto a 14 de Outubro do mesmo anno, por lhe haver passado o exercicio, por incommodo de saúde, o 1.º vice-presidente, o commendador João Chrysostomo de Oliveira, real e prestimoso chefe do partido liberal araca-tyense.

A sua breve, porem, benefica administração, ficou perpetuada nos annaes da provincia com a promulgação das Leis ns. 436 a 439, que elle sancionou e mandou publicar, destacando-se entre as mesmas, por sua importancia politica, o orçamento provincial e o das Camaras municipaes para o anno de 1848. Expediu tambem para a Obra do Hospital de Caridade o Regulamento de 10 de Setembro de 1847.

Alta e expressiva prova de confiança elle ainda recebeu do conselheiro Alves Branco, que por Carta Imperial de 23 de Setembro de 1847 o nomeou presidente da provincia do Rio Grande do Norte, aonde se dirigindo em 2 de Dezembro do mesmo anno, a bordo do vapor —«Imperador»—, commandante Salomé Ramos, fez digna e honrada administração até Abril de 1848, quando seguiu para a Côte do Rio de Janeiro, afim de tomar assento na assembléa geral, como deputado cearense reeleito pelo partido liberal para a legislatura de 1848.

Reconhecidos os respectivos poderes, em sessão preparatoria de 1.º de Maio de 1848, encontrou á frente da administração do paiz o gabinete mixto, recentemente organizado, a 8 de Março anterior, pelo conselheiro José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macahé, titular da pasta do imperio, que por Decreto de 10 de Abril o transferiu de 2.º para 4.º vice-presidente do Ceará.

Como a politica mystificada desse gabinete não podia ser acceita pelo partido liberal, que contava decida maioria na camara temporaria, em sessão de 15 de Maio foi apresentado o projecto de resposta á Falla do Throno, implicando desconfiança ao governo; e travando-se batalha parlamentar em 26 do dito mez, foi derro-

tado o gabinete na votação do projecto, concorrendo lealmente para esse resultado toda a deputação cearense.

Retirado do poder o ministerio Macahé, foi substituido pelo gabinete 31 de Maio, presidido pelo senador do Imperio o conselheiro Francisco de Paula Souza e Mello, que, por doente, foi interinamente substituido em 18 de Agosto, na pasta da fazenda, de que era o titular, pelo ministro de estrangeiros: o conselheiro Bernardo de Souza Franco.

Com quanto a politica de conciliação e concordia desse gabinete, exclusivamente liberal, não satisfizesse as injuncções de seu partido, porque mantinha em algumas provincias do norte do Imperio os presidentes conservadores, nomeados pelo ministerio anterior, como succedeu no Ceará, onde foi conservado o presidente Fausto Augusto de Aguiar; todavia era tolerada sua administração, que findou em 29 de Setembro, quando o Visconde, depois Marquez de Olinda, organisou outro ministerio, então denominado— miguelista, com pessoal exclusivamente conservador

Surprehendida a Camara dos Deputados com a mudança da situação, convidou alguns ministros a explicarem a causa dessa inversão; e como o presidente do conselho e o ministro da justiça conselheiro Euzebio de Queirós Coutinho Mattoso Camara, sem a consideração devida á representação nacional, deixaram de comparecer, escusando-se oficialmente com pretextos inadmissíveis e contrarios ao regimen constitucional representativo, a mesma Camara com o leal concurso de seu digno par, o deputado Frederico Pamplona, votou em 5 de Outubro uma moção, apresentada pelo deputado Christiano Ottoni contra o ministerio, que nesse mesmo dia addiou, por decreto imperial, as sessões parlamentares para 23 de Abril de 1849.

Em consequencia da queda do partido liberal em 1848, e dissolução da Camara temporaria pelo Decreto de 19 de Fevereiro de 1849, voltou ao ostracismo politico; e então resolvendo mudar-se para a Villa, hoje ci-

dade de Pirahy, na provincia do Rio de Janeiro, ahi permaneceu alguns annos.

Passando depois a residir na Corte do Imperio, onde se achava em Dezembro de 1862, por occasião do conflicto injustamente provocado contra o governo Imperial, pelo celebre ministro inglez, William Dougal—Christie, cujo procedimento, reprovado pelo governo Britanico, motivou a derrota do referido ministro como candidato a deputação a Camara dos Communs,—foi o illustre aracatyense nomeado em 16 de Fevereiro de 1863, pela Camara Municipal do Aracaty, para juntamente com o deputado Theophilo Benedicto Ottoni, desembargador Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, dr. Adolpho Bezerra de Menezes, e coronel Vicente Pereira da Silva Piragibe, apresentar ao Imperador a profunda sensação de que se possuiram a mesma Camara e os habitantes do municipio, pelos graves e lamentaveis acontecimentos occorridos naquelle conflicto, e manifestar ao augusto monarcha, e ao ministerio brasileiro os votos de sua adhesão, e o concurso patriotico do povo aracatyense para a effectiva sustentação da honra e dignidade nacional.

Dissolvida a Camara dos Deputados pelo Decreto de 12 de Maio de 1863, e convocada outra para 1.º de Janeiro de 1864, foi reeleito deputado como representante do partido liberal, pelo primeiro districto eleitoral do Ceará, para a legislatura de 1864 a 1866; mas não concluiu o mandato, que tão nobremente desempenhou, porque infelizmente falleceu no Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1865, sendo substituido por seu illustre conterraneo, o bacharel Domingos José Nogueira Jaguaribe, posteriormente Visconde de Jaguaribe e senador do Imperio, que foi reconhecido e tomou assento na camara dos deputados na sessão de 16 de Maio de 1866.

O illustre aracatyense, cujo nome por diversas ve-

zes também figurou como candidato em chapas senato-
riaes do Ceará, escreveu :

—Ode ao senador padre José Martiniano de Alen-
car, em 1840, impressa na Revista do Instituto Cearen-
se, Tomo XVI, pag. 25 a 29.

--Oração funebre em 22 de Março de 1860, seti-
mo dia do fallecimento do referido senador, impressa no
«Commercial» de Fortaleza, n.º 396 de 27 de Abril do
dito anno.

Anteriormente ao anno de 1844 casou com Dona
Candida Rosa Pamplona, deixando de seu consorcio qua-
tro filhos : o bacharel Zoroastro Augusto Pamplona, fal-
lecido, e Donas Francisca, Brasilina e Eriphila Rosa Pam-
plona, casada com seu primo, igualmente fallecido, o
Commendador Iclirerico Narbal Pamplona.

Cearense illustre, character digno e respeitavel, po-
litico leal e devotado, o bacharel Frederico Augusto
Pamplona muito honrou o seu nome e a terra do seu
nascimento, assim como a nobreza e os braços dos seus
antepassados.

BENEDICTO SANTOS.

